



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007896-43.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **JANE HELOISA AMA DA SILVA**  
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Processo nº 1007896-43.2014**

**VISTOS**

**JANE HELOISA AMA DA SILVA** ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c.c. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **BV FINANCEIRA S/A**, todas devidamente qualificadas.

A autora alega na exordial que na data de 14/06/2011 adquiriu um veículo marca Citroen, modelo XSARA Picasso GXS 2, pelo valor de R\$ 30.000,00 pagou como entrada a importância de R\$ 10.875,00 e financiou a importância de R\$ 22.866,14 em 60 parcelas no valor de R\$ 607,66. Afirma que efetuou o pagamento de 34 parcelas, porém não conseguiu mais arcar com o financiamento e devolveu o veículo de forma amigável na data de

**1007896-43.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

11/04/2013. Assegura que houve a resolução do contrato com a retomada do bem. Enfatiza a não comunicação da instituição financeira que efetuou a venda do veículo em leilão e não apresentou por qual valor o bem foi vendido e mais surpresa a requerente ficou ao tomar conhecimento que seu nome se encontra negativado perante os órgãos de proteção ao crédito em decorrência deste episódio junto a instituição financeira ré. Requereu a antecipação da tutela com o fim de retirar seu nome dos cadastros de mal pagadores e a total procedência da ação condenando a instituição financeira requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 10/18.

Deferida em termos antecipação de tutela e expedido ofícios aos órgãos de proteção ao crédito às fls. 19 e 25/26. Ofícios carreados às fls. 32 e 35.

Devidamente citada a instituição financeira apresentou contestação alegando que: 1) a autora não traz aos autos provas de que a inclusão do seu nome nos cadastros de mal pagadores fora indevida, ou seja não carrou nenhum comprovante de quitação e a mesma também não solicitou carta de anuência para baixar protesto; 2) ausentes os requisitos que ensejam no direito de indenização. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência total da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 125/128.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 132. A instituição financeira requerida carrou documentos ratificando algumas alegações presentes na contestação à fls. 136/137 e a autora reiterou o pedido inicial de procedência da ação às fls. 142/143.

Declarada encerrada a instrução, apenas o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requerido apresentou memoriais (fls. 148/152).

**É o Relatório.**

**DECIDO.**

Sustenta a autora que firmou contrato de financiamento para aquisição de um veículo marca CITROEN, modelo XSARA, e que não conseguindo mais suportar o pagamento devolveu o inanimado em 11/04/2003. Argumenta, ainda, que não recebeu comunicação de instituição financeira a respeito de venda extrajudicial do bem e que seu nome foi incluído nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente.

Conforme se depreende da documentação acostada aos autos, o valor da dívida da autora, inserida nos órgãos de proteção ao crédito, era de R\$ 17.513,59 em 12/09/2010 (cf. fls. 17) e o veículo foi vendido por R\$ 7.000,00 em 28/05/2013. Ou seja, a autora ainda permanece em débito com a instituição financeira, pois o valor obtido foi insuficiente para quitar a dívida.

Após a busca e apreensão e a venda do bem em leilão, o resíduo do saldo devedor é cobrado ainda do fiduciante como prevê o art. 1.364 do Código Civil.

Assim, e considerando que a venda do bem é direito da requerida não se pode imputar à ela a responsabilidade pela negativação dos dados da autora a respeito do saldo devedor restante (que de fato, existia).

Nesse sentido vem trilhando nossa

**1007896-43.2014.8.26.0566 - lauda 3**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

jurisprudência:

Pretensão à declaração de inexigibilidade de débito, cumulada com a condenação ao pagamento de indenização por danos morais e a desconstituição de restrições - Financiamento garantido por alienação fiduciária - Inadimplemento - Cláusula resolutiva, conducente ao vencimento antecipado da totalidade da dívida - Preexistência da formalização de termo de entrega amigável de veículo - Apontamento restritivo - Ilícito não configurado - Subsistência de saldo devedor, depois da realização do leilão extrajudicial do veículo, e imputação do preço obtido para a amortização do crédito - Inteligência do art. 2.º, § 1.º e § 3.º, do Decreto lei 911/69, conjugado com os arts. 387 e 1.364 do Código Civil - Prejuízo não caracterizado - Legitimidade do procedimento - Recurso não provido (TJSP, Apelação n. 0018374-41.2012.8.26.0003, Rel. César Peixoto, j. 09.10.13).

Não tem razão, pois, a autora, que poderia ter procurado a requerida administrativamente para obter o valor da dívida e quitar o remanescente, o que não o fez.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, condenando a autora no pagamento das custas processuais e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, observando-se o disposto no artigo 98 do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 20 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**